

ACTA N° 6/2008

CTML/CG

Aos oito dias do mês de Julho do ano de dois mil e oito reuniram-se o Conselho de Gerência e a Comissão de Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, E.P.,

PRESENTES:

PCG – Dr. Joaquim Reis

CG/JJ – Eng° Jorge Jacob

CG/PB – Dr. Pedro Bogas

RH – Dra Paula Martins

CT - Comissão de Trabalhadores:

Anabela Correia Carvalho Cunha

Carlos Jorge Pereira Lopes

Edite Rosa Coelho Sá

Hilda Bernardete Silva Pereira Torres

Humberto Manuel Gomes Brito

Januário Gomes Fernandes Moreira

Luís Manuel Silva Farinha

Paulo Jorge Duarte Martins

Paulo Jorge Pereira Alves

Pedro Renato Serra Peres

Com a seguinte ordem de trabalhos:

1. “Balanço das actividades e Contas 2007”.
2. “Relatório de auditoria do Tribunal de Contas à linha azul”.
3. “Condições de segurança na circulação do material circulante”.
4. “Eventos culturais e desportivos, oferta de bilhetes pela Empresa aos seus trabalhadores”.
5. “Passagem ao quadro de efectivos dos trabalhadores a contrato na EI e na GI”.
6. “Obras no ML, expansão e manutenção”.

O CG/PB deu início à reunião.

*Handwritten notes and signatures in the top right corner, including initials like 'K', 'B', 'A', 'PB', and a signature.*

## 1. “Balço das actividades e Contas 2007”.

O PCG informou a CT que o Relatório da actividade e Contas 2007 foi aprovado pelo CG na semana passada.

Em seguida o PCG fez um breve resumo da actividade e contas de 2007 à CT, destacando que os resultados operacionais de 2007 fixaram-se em 60 milhões de euros negativos e o *cash flow* em 29 milhões de euros negativos.

Em termos globais, o resultado atingido em 2007 foi positivo se compararmos com os anos anteriores e sobretudo se descontarmos os impactos com as reformas antecipadas que foram elevadas e representam cerca de 6 milhões de euros.

Para estes resultados contribuíram, ainda, nomeadamente, a subida da receita em cerca de 9%; políticas internas de contenção de custos em que na relação com terceiros se registou uma redução de cerca de 3% e um aumento em cerca de 4% de indemnizações compensatórias. A melhoria dos resultados ficou prejudicada pela subida da taxa de juros cuja tendência se mantém para o futuro.

O fecho da rede foi benéfico para o ML, permitindo ainda, ajustar o cálculo da fraude.

O número de passageiros transportados aumentou em cerca de 2%.

Embora se continuem a desenvolver políticas internas que visem melhorar os resultados da empresa, existem outras que têm de ter a intervenção do estado português.

Em relação a políticas sociais, o CG mantém o interesse na criação de um fundo de pensões para os trabalhadores do ML e está a trabalhar no sentido de poder reforçar o montante já depositado numa conta criada para este efeito. Todavia, dados os montantes mínimos legais exigidos serem muito elevados, não será possível, ainda este ano, concretizar este objectivo.

## 2. “Relatório de auditoria do Tribunal de Contas à linha azul”

O PCG informou a CT que o tribunal de contas acusou o ML de má gestão financeira no pagamento de prémios por antecipação. Esta crítica deveu-se ao facto da análise ter por base o empreendimento e não cada contrato firmado no âmbito do mesmo empreendimento. Por outro lado, o tribunal de contas analisou a questão à luz da lei então vigente.

A CT solicitou esclarecimento sobre se a União Europeia recusou suportar algum financiamento para a expansão da rede anteriormente anunciado.

O PCG esclareceu que, em relação ao Terreiro do Paço, o que está em causa é apenas uma parte do financiamento concedido. A posição da CE baseia-se no pressuposto de que o acidente do Terreiro do Paço era previsível e que o ML não tomou antecipadamente medidas que evitassem a sua ocorrência.

O ML não perfilha deste entendimento e enviou uma defesa fundamentada à CE, aguardando-se uma posição formal da mesma.

Também está a ser preparado um parecer jurídico para esclarecimento da CE sobre as consequências resultantes da inversão da tuneladora em S. Sebastião para a execução da empreitada.

A haver redução nos financiamentos previstos, estes custos podem reflectir-se nas contas do ML e nas do Estado português.

### **3. “Condições de segurança na circulação do material circulante”**

A CT referiu alguns exemplos de alterações de funcionamento que, em sua opinião, influenciam a segurança e que não foram comunicadas de forma eficaz, como sejam, terem sido retiradas todas as balizas de entrada nas estações; alteração na chave das portas que por não ter sido comunicada pensou-se tratar de avaria das portas sem o ser; terem sido retiradas as areias dos areiros, o que provocou a queda destes à via; caixas novas colocadas nas automotoras foram retiradas no mesmo dia para corrigir o ângulo e ferrar parafusos.

A CT acrescentou que é necessário haver acções de refrescamento de formação com vista a actualizar procedimentos.

O CG/JJ transmitiu que, tendo em conta o exposto pela CT, houve falha de comunicação e os trabalhadores não foram informados atempadamente. Quanto às caixas, a Siemens reconheceu problemas na fiabilidade do seu material e está a suportar os custos da reparação. É necessário o ML dar e exigir um serviço de qualidade.

### **4. “Eventos culturais e desportivos, oferta de bilhetes pela Empresa aos seus trabalhadores”**

A CT referiu que, em sua opinião, a Empresa não tem tido o cuidado adequado com a comunicação interna, pois apesar de a empresa dispor do portal, em algumas direcções, é ainda necessário recorrer ao suporte em papel para divulgar a informação. É o caso dos postos de tracção onde não existem computadores para acesso ao portal.

Esta situação assume maior relevância quando a informação é apenas difundida por mail, como é o caso de certos eventos, cuja participação do trabalhador está condicionada a uma inscrição também por mail, limitando a participação da EC/Movimento e Tracção. A CT reiterou que, em sua opinião, o portal é uma ferramenta eficaz, devendo ser optimizado, sendo necessário criar uma conta mail para os trabalhadores da EC que não têm acesso à rede.

##### **5. “Passagem ao quadro de efectivos dos trabalhadores a contrato na EI e na GI”**

O PCG referiu que já foi feito o estudo dos trabalhadores ainda a contrato na EI e GI e será feita uma ponderação caso a caso.

A definição da relação contratual futura destes trabalhadores está directamente relacionada com a reestruturação, cujo projecto será enunciado brevemente. Num sentido geral, a reestruturação para a EI e GI visa optimizar várias valências. É um projecto que deverá demorar algum tempo a implementar e que implicará a frequência de acções de formação pelos trabalhadores sobre novos procedimentos.

##### **6. “Obras no ML, expansão e manutenção”**

O PCG apresentou um ponto de situação das obras no ML, destacando-se o seguinte:

Linha Azul: Reposição do Cais das Colunas - Está prevista a sua conclusão em Novembro de 2008. Também está em fase de conclusão os trabalhos exteriores na zona da estação do Terreiro de Paço.

Linha Vermelha – A abertura da extensão a S. Sebastião está prevista apenas para o Verão de 2009. Depois da sua abertura continuarão a decorrer obras no exterior mas que não irão prejudicar o funcionamento do serviço.

A obra para prolongamento da linha vermelha a partir da estação do Oriente em direcção ao Aeroporto tem frentes de obra a decorrer normalmente, mas a futura estação da Encarnação e a zona em frente do clube TAP são as obras que registam um atraso de cerca de 7 meses. Nesta obra, o ML imputou pela primeira vez uma multa ao empreiteiro.

Quanto a Sete-Rios, o projecto não avançou no início de 2007 porque as condições não eram favoráveis para o ML. Retomámos os contactos com a CML não havendo, ainda, nada definido.

Quanto à vivenda do Campo Grande está a ser estudada uma solução que permita ao ML maximizar o valor deste património.

A CT relembrou a necessidade urgente de serem feitas obras (ar-condicionado, alcatifa, maus-cheiros) no PCC que tem um período de laboração de 24 horas.

Também é urgente resolver o problema das instalações sanitárias para os Maquinistas na linha Azul.

O CG/PB informou a CT que foi contratado um consultor para identificação dos problemas recorrentes que prejudicam a qualidade do serviço e apontar possíveis soluções. Para este trabalho, que será iniciado em Setembro, o consultor estará em comunicação com a CT de forma a recolher os seus contributos.

Por outro lado, a reestruturação que abrangerá a EI e a GI, e que será anunciada brevemente, visa melhorar o desempenho da área de manutenção, inclusive a execução de pequenas obras.

Será solicitada intervenção urgente na área do PCC.

Concluída a discussão dos pontos constantes da agenda de trabalhos, a CT acrescentou as seguintes reflexões que podem causar entropias:

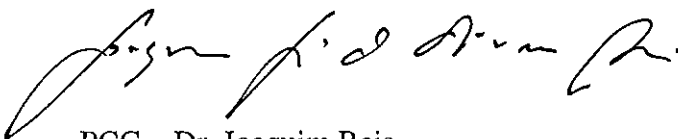
- Cobrança das multas é feita na Sidónio Pais e depositada no final do dia num cofre na estação de Marques de Pombal, voltando à Sidónio Pais para controlo e verificação;
- Impossibilidade de acesso para os trabalhadores da tracção à porta de serviço de Sete-Rios, que é utilizada pelos trabalhadores da estação.

A CT expressou que não obstante discordar do modelo para as estações, estão a acontecer algumas situações que condicionam a prestação do serviço com qualidade ao cliente, tendo apresentado alguns exemplos ao CG.

O CG/PB tomou boa nota das questões colocadas pela CT e irá rever com a Indra as anomalias que sejam da responsabilidade deste fornecedor.

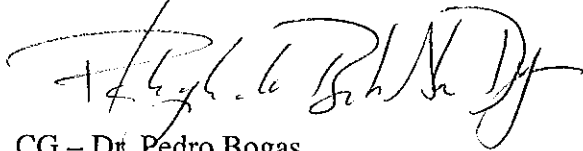
Nada mais havendo a acrescentar, a reunião terminou pelas 14H30.

P' METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.



PCG – Dr. Joaquim Reis

CG/JJ – Engº Jorge Jacob



CG – Dr. Pedro Bogas

P. A. Martins

RH – Dra Paula Martins

**P' A COMISSÃO DE TRABALHADORES**

Hilda Torres  
Cunha  
Dr. Maria S. Silva  
Janaína Fernandes

M. J. S.  
S.

Alencar

Paulo

L. L. L.  
L. L. L.